

Transforma Minas

Programa de Gestão de Pessoas por Mérito e Competência



Crédito: Gil Leonardi/Imprensa MG.

Subsecretário da Receita Estadual

Secretaria de Estado de Fazenda



Subsecretário da Receita Estadual

O Governo de Minas Gerais selecionará profissional para atuar na **Subsecretaria da Receita Estadual**, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Escopo de atuação

Atribuições da posição

- Desenvolver e gerir o sistema de gestão estratégica das receitas estaduais, bem como subsidiar e propor as diretrizes para a alocação dos recursos necessários ao desenvolvimento e à gestão do referido sistema.
- Coordenar, em articulação com as demais unidades da SEF, as ações desenvolvidas pelas unidades subordinadas, visando ao alcance de seus objetivos estratégicos, acompanhando e avaliando os resultados com base em indicadores e metas quantitativas e qualitativas.
- Estabelecer normas, diretrizes e políticas em matéria tributária.
- Coordenar as ações da Comissão de Política Tributária.
- Definir, orientar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução da política tributária e fiscal, o controle da arrecadação e a gestão das informações econômico-fiscais.
- Gerir, avaliar e controlar as atividades relativas à constituição, à cobrança do crédito tributário e à revisão de ofício do lançamento.
- Gerir, coordenar, orientar, acompanhar, avaliar e harmonizar a formulação, a implementação e a execução dos planos, programas, projetos e atividades das unidades a ela subordinadas, visando à integração das ações e à potencialização dos resultados.
- Promover a articulação com as instâncias federal, estadual e municipal, e com o Ministério Público.
- Coordenar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio ao Ministério Público.
- Coordenar e compatibilizar as ações de controle, análise e apuração da arrecadação, cadastro de contribuintes e controle fiscal, garantindo o alinhamento e a integração das ações definidas pelo sistema de gestão estratégica das receitas estaduais e a atuação articulada das unidades a ela subordinadas.
- Gerir, coordenar, orientar, acompanhar, avaliar e harmonizar a formulação, a implementação e a execução do controle fiscal das atividades econômicas sujeitas à tributação, bem como da fiscalização do cumprimento de obrigações tributárias.
- Subsidiar a participação do Secretário em colegiados que tratem de temas atinentes às competências da Subsecretaria da Receita Estadual.

Gestão de equipes

O profissional responde para o Secretário da Fazenda e faz a gestão de quatro superintendências, de aproximadamente 250 pessoas no total, e das superintendências regionais.



Legenda do Organograma Simplificado:

Box verde: órgão de responsabilidade do cargo.

Box azul: órgão gestor do cargo.

Box verde claro: órgãos subordinados ao cargo.

Visão para o final de mandato

Fazer com que a Secretaria da Fazenda promova todas as necessidades arrecadatórias do estado, proporcionando um serviço de qualidade e com simplicidade para os contribuintes.

Principal plano e meta a ser implementado até o final da gestão

Construir Planejamento Estratégico de médio a longo prazo da Subsecretaria da Receita Estadual, em harmonia com o Planejamento Estratégico da Secretaria de Fazenda, com base no diagnóstico que está sendo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que atesta a maturidade da gestão fiscal do estado. Deve, também construir as métricas das metas alinhadas ao Planejamento Estratégico.

Projetos prioritários

- Aperfeiçoar o controle fiscal, com o objetivo de prover para o estado os recursos financeiros necessários ao cumprimento das suas obrigações orçamentárias. Para tanto deverá dedicar-se ao aprimoramento dos procedimentos de auditoria fiscal e cobrança do crédito tributário e a capacitação dos servidores para sua melhor execução.
- Desenvolver a simplificação tributária, com o objetivo de agilizar e simplificar o cumprimento das obrigações do contribuinte com o Estado, melhorando a comunicação e forma como as informações são apresentadas.
- Buscar a atração de novos investimentos para o Estado.
- Melhorar o atendimento ao contribuinte usando tecnologias, tornando os sistemas mais ágeis, fáceis e acessíveis. A legislação é extensa e complexa e isso se reflete no sistema, mas é preciso procurar formas de melhorar, respeitando as necessidades da legislação.

Perfil Desejado

Perfil voltado para resultados, que saiba envolver as pessoas, que tenha capacidade de lidar com desafios. Precisa saber trabalhar equipe com liderança e saber ouvir. Também é necessário apresentar bastante capacidade técnica, visão sistêmica de procedimentos e pensar a TI de forma estratégica para a área.

Pré-requisitos legais estabelecidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais

- Ser brasileiro.
- Ter mais de dezoito anos de idade.
- Ter cumprido com as obrigações militares fixadas em lei.
- Estar em gozo dos direitos políticos.
- Não participar da gerência ou administração de alguma empresa comercial ou industrial.
- Não exercer comércio ou participar de sociedade comercial (exceto como acionista, quotista ou mandatário).

Pré-requisitos adicionais desta posição

- Ser Auditor Fiscal da Receita Estadual em exercício e não passar para a inatividade no período de 2019 a 2022.
- Experiência nas áreas de competência da Subsecretaria da Receita Estadual, tais como tributação, arrecadação, fiscalização e controle fiscal, cobrança de crédito tributário e educação tributária - mínimo 5 anos de experiência.

Requisitos desejáveis

- Experiência em gestão de pessoas.
- Experiência como Superintendente de uma das unidades centralizadas da Subsecretaria da Receita Estadual, Superintendente Regional da Fazenda, Diretor em Superintendência centralizada da SRE ou Delegado Fiscal - mínimo 1 ano de experiência.
- Ter trabalhado em unidade centralizada da Subsecretaria da Receita Estadual.
- Conhecimentos avançados de arrecadação.
- Conhecimentos avançados em direito tributário.
- Conhecimentos avançados de economia.
- Pacote office intermediário.

Informações da Secretaria de Estado de Fazenda

Minas Gerais é um dos estados com o menor quantitativo de receita advinda de transferências constitucionais. A maior parte da sua receita é advinda de impostos e taxas. Também, é o estado que mais gasta com pessoal da sua receita líquida corrente (na faixa de 80%), no entanto, diferentemente de estados onde o gasto também é crítico, como o Rio de Janeiro, no caso de Minas a relação dívida por receita corrente tem reduzido ao longo dos anos.

Atualmente, não é bem posicionado na avaliação de capacidade de pagamento, indicador que leva em consideração a dívida do estado em relação à receita, os recursos do governo recebidos para momentos de instabilidade e a liquidez, ou seja, o dinheiro em caixa para pagamentos de curto prazo. Em 2019, o orçamento de Minas Gerais terá déficit de R\$ 11,4 bilhões, uma dívida de R\$ 9,4 bilhões com os municípios e outra de R\$ 84,7 bilhões com a União.

Desafios e potencialidades governamentais do órgão nos próximos anos

As finanças do estado afetam transversalmente todas as políticas relevantes para a população. Em grave crise fiscal, o estado deve hoje cerca de R\$ 1 bilhão a hospitais filantrópicos, por exemplo, o que fechou aproximadamente 170 leitos de UTI da Santa Casa. No passado, a deterioração das finanças do estado já foi contrabalanceada com empréstimos autorizados pela União e com receitas extraordinárias, como dividendos de empresas.

Apesar da arrecadação ser um desafio para todos os estados brasileiros, Minas Gerais tem conseguido equilibrar os principais tributos nos últimos anos. No caso do IPVA, por exemplo, a frota tributável aumentou em 4%, e apesar do IPVA ter tido redução de cerca de 3% no valor médio, a arrecadação em 2019 em relação a 2018 aumentará 7%. Porém, a crise da mineração no estado, será um desafio para as finanças, especialmente porque a paralisação das atividades afeta a arrecadação. No caso de Mariana, por exemplo, a Fazenda estadual estima ter tido um impacto de cerca de R\$ 220 milhões, 30% das receitas com tributos estaduais do setor de mineração.

A privatização é um debate com centralidade também na política nacional e divide opiniões. A adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal deve trazer oportunidades para a agenda de privatizações, já que podem ser contrapartidas impostas à adesão pelo Ministério da Economia.

Ações e resultados recentes da área

O estado chegou a ter setores suspendendo concursos públicos para frear aumento de gastos. A Polícia Militar de Minas Gerais prorrogou em 2018 o concurso público para o cargo de Soldado até 2020. A suspensão foi feita por pedido do presidente da Câmara de Orçamento e Finanças (COF), por razões financeiras.

O estado entrou com uma ação no STF para não ter bloqueio das contas por não ter pago a parcela anual de US\$ 160,6 milhões em financiamento com a Credit Suisse, que foi paga pela União. O ministro Luiz Fux suspendeu o bloqueio e determinou que a União não inscreva o estado em cadastros de inadimplência federais em razão do contrato em questão e designou para o dia 25 de março. Na decisão, o ministro afirma ainda que a União tem conhecimento da situação das finanças estaduais e analisa a possibilidade de fornecer auxílio para resgate das contas públicas, já tendo enviado grupo técnico do Tesouro Nacional para a elaboração de diagnóstico econômico-fiscal.

Secretário de Estado de Fazenda

Gustavo de Oliveira Barbosa.

[Clique aqui para acessar o site oficial da Secretaria de Estado da Fazenda](#)

Mais Informações

Remuneração e benefícios

- Remuneração mensal: R\$19.000,00.
- Férias e 13º salário proporcionais ao tempo trabalhado.
- Plano de saúde opcional com coparticipação.
- 40 horas semanais com flexibilidade de entrada, saída e almoço. O horário diário deve ser cumprido preferencialmente entre 08h e 18h30.
- Dedicção exclusiva, com exceção de atividades de licenciatura.

Formato de contratação

Cargo comissionado - regime de contratação estatutário.

Local de trabalho e disponibilidade para viagens

O local de trabalho é na Cidade Administrativa em Belo Horizonte/MG. O prédio é acessível para pessoas com necessidades especiais.

O profissional precisa ter disponibilidade para viagens para outros estados. Pelo menos, trimestralmente, participa de reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), realizadas no Distrito Federal ou em outras unidades da Federação. Viaja com regularidade para as cidades que sejam sedes de Superintendências Regionais da Fazenda.

[Clique aqui para se inscrever](#)